Considerando, assim, que no momento actual não se encontram preenchidos todos os condicionalismos referidos anteriormente para proceder à nomeação definitiva do titular do cargo de direcção superior de 2.º grau, sendo, no entanto, necessário e urgente assegurar o normal funcionamento daquele serviço;

Considerando, por conseguinte, que o regime de nomeação mais adequado às circunstâncias referidas é o da nomeação, em regime de substituição, previsto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

Assim:

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 213/2006, de 27 de Outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 164/2008, de 8 de Agosto, 117/2009, de 18 de Maio, e 208/2009, de 2 de Setembro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Educação, do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 29/2007, de 29 de Março, que aprova a orgânica da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 27.º, no n.º 1 do artigo 18.º e nos n.os 3, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.os 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril:

1 — Nomeio, em regime de substituição, para exercer as funções de presidente do júri nacional de exames o mestre Luís Miguel Pereira dos Santos, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessários para o desempenho do cargo em que é investido.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 20 de Setembro de 2011.

27 de Setembro de 2011. — O Ministro da Educação e Ciência, *Nuno Paulo de Sousa Arrobas Crato.*

Nota curricular

Luís Miguel Pereira dos Santos, nascido em 20 de Setembro de 1966, é Técnico Superior da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), desde Abril de 2008.

Formação académica:

Mestrado em Metodologia do Ensino das Ciências na especialidade de Didáctica das Ciências Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (2000). Título da dissertação: «A Internet como facilitadora do ensino experimental promotor de pensamento crítico.»;

Licenciatura em Ensino da Física;

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (1994) FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública;

Instituto Nacional de Administração (2008), diploma de especialização em Informação para a Decisão;

Instituto Nacional de Administração (2007), Certificate of proficiency in English, Grade B;

Universidade de Cambridge (1993).

Experiência profissional:

Presidente do júri nacional de exames desde Fevereiro de 2011;

Coordenador do Gabinete de Edições, Documentação e Comunicação da DGIDC (Equipa Multidisciplinar equiparada a Direcção de Serviços) (Julho 2007 a Fevereiro 2011);

Director de Serviços de Recursos Multimédia e Sistemas de Informação da DGIDC (Junho 2006 a Julho 2007);

Chefe da Divisão de Formação da DGIDC (Janeiro de 2005 a Junho de 2006);

Docente requisitado no Departamento do Ensino Secundário, membro da Assessoria Técnico-Pedagógica do júri nacional de exames (Setembro de 2001 a Janeiro de 2005) Vice-Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária da Cidade Universitária (Junho 1999 a Setembro de 2001);

Vice-coordenador da Delegação de Exames de Lisboa e Vale do Tejo do Júri Nacional de Exames (Junho 1999 a Setembro de 2001);

Vogal do conselho directivo da Escola Secundária da Cidade Universitária (Setembro de 1996 a Junho de 1999);

Professor do quadro de nomeação definitiva do 4.º Grupo A (Física e Química) na Escola Secundária da Cidade Universitária (Setembro 1994 a Agosto de 2006).

205197174

Despacho n.º 13671/2011

Nos termos do disposto na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 25.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que operou a sua republicação, e pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, com a cessação de funções do XVIII Governo Constitucional e o início do mandato do XIX Governo Constitucional cessaram, automaticamente, as comissões de serviço dos titulares de cargos de direcção superior dos diversos serviços e organismos, com as excepções previstas nos n.os 3 e 4 do mencionado artigo 25.º

Encontra-se, assim, vago o cargo de subdirector-geral do Ensino Superior, cargo de direcção superior de 2.º grau, previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 151/2007, de 27 de Abril, tornando-se necessário proceder à nomeação do respectivo dirigente, por forma a assegurar o normal funcionamento daquele serviço.

Considerando, porém, que constitui prioridade do Programa do Governo a racionalização das estruturas do Governo e dos respectivos custos, «promovendo simultaneamente uma maior eficiência operacional e uma maior eficácia governativa»;

Considerando que tal objectivo, que se pretende alcançar a curto prazo, implica, designadamente, a adopção de um novo quadro legislativo em matéria de designação de cargos de direcção superior na Administração Pública, com vista a alcançar uma Administração eficiente e despartidarizada;

Considerando que constitui igualmente prioridade do Governo a implementação do Programa de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), o que implica a análise e ponderação das estruturas existentes e a sua optimização, e, nalguns casos, poderá determinar a extinção, fusão ou reestruturação de serviços do âmbito do Ministério da Educação e Ciência;

Considerando, assim, que no momento actual não se encontram preenchidos todos os condicionalismos referidos anteriormente para proceder à nomeação definitiva do titular do cargo de direcção superior de 2.º grau da Direcção-Geral do Ensino Superior, sendo, no entanto, necessário e urgente assegurar o normal funcionamento deste serviço;

Considerando, por conseguinte, que o regime de nomeação mais adequado às circunstâncias referidas supra é o da nomeação em regime de substituição, previsto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 151/2007, de 27 de Abril, e nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.os 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, conjugado com o disposto no artigo 19.º da mesma lei:

1 — Nomeio, em regime de substituição, para o cargo de subdirector-geral do Ensino Superior a mestre Ana Cristina Jacinto da Silva, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado ao exercício daquele cargo.

2 — O presente despacho produz efeitos a 13 de Setembro de 2011.

27 de Setembro de 2011. — O Ministro da Educação e Ciência, *Nuno Paulo de Sousa Arrobas Crato.*

Síntese curricular de Ana Cristina Jacinto da Silva

Dados pessoais:

Data de nascimento — 22 de Outubro de 1966.

Formação académica:

Ingressou no ensino superior em 1986 e em Julho de 1990 obteve a licenciatura em História (variante História de Arte), com a média final de 14 valores;

Fez o mestrado em Economia e Gestão de Ciência e Tecnologia no Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa, entre 1995 e 1998;

Possui o certificado do Seminário de Alta Direcção leccionado no Instituto Nacional de Administração Pública, que lhe confere a competência necessária para exercer a função de dirigente na Administração Pública.

Actividade profissional:

Iniciou funções na Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ex-JNICT) em Setembro de 1990, desenvolvendo trabalho no âmbito dos vários programas comunitários como:

Ciência (criação de infra-estruturas nacionais de ciência, investigação desenvolvimento da formação de recursos humanos);

Em 1994 no Praxis XXI (intervenção operacional do Plano de Desenvolvimento Regional para a área da Ciência e da Tecnologia);

A partir de 1993 participa paralelamente no Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D, que esteve na base do financiamento às Unidades de Investigação;

A partir de 1998 integra o corpo técnico superior do ex-Fundo de Apoio ao Estudante, criado no âmbito do Ministério da Educação, cujas

atribuições se circunscreviam na gestão das verbas destinadas a acção social no ensino superior;

Em 20 de Junho de 2003 é nomeada directora dos Serviços de Acção Social, da Direcção-Geral do Ensino Superior — Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

Foi responsável pela chefia de projecto, que conduziu à Certificação de Qualidade da Direcção de Serviços de Acção Social, através da NP ISO — 9001, pela empresa SGS. Paralelamente, a sua actividade de directora de serviços é, desde 2004, a representante da DGES, junto da Direcção-Geral da Cultura Educação da Comissão Europeia no âmbito do Programa Life Long Learning, em dois cluster sobre ensino superior: «Making The Best Use of Resources» e «Modernatision of Higher Education»;

Em 2006 é nomeada para a comissão de acompanhamento do Eurostudent, pelo director-geral do Ensino Superior, estudo realizado por um grupo de países europeus, que servirá de instrumento para avaliar e propor medidas no âmbito social do processo de Bolonha;

Dinamizadora do processo de desenvolvimento do sistema integrado de atribuição de bolsas ao ensino superior (plataforma de interoperabilidade entre serviços);

É subdirectora-geral do Ensino Superior desde 1 de Maio de 2007.

205197182

Despacho n.º 13672/2011

Nos termos do disposto na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 25.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.os 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, com a cessação de funções do XVIII Governo Constitucional e o início do mandato do XIX Governo Constitucional cessaram automaticamente as comissões de serviço dos titulares de cargos de direcção superior dos diversos serviços e organismos, com as excepções previstas nos n.os 3 e 4 do artigo 25.º do referido Estatuto.

Encontra-se, assim, vago o cargo de subdirectora-geral, cargo de direcção superior de 2.º grau do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação do Ministério da Educação e Ciência previsto no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 25/2007, de 29 de Março, e no n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 213/2006, de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 164/2008, de 8 de Agosto, e 208/2009, de 2 de Setembro.

Considerando, porém, que constitui prioridade do Programa do Governo a racionalização das suas estruturas e dos respectivos custos, «promovendo simultaneamente uma maior eficiência operacional e uma maior eficácia governativa»;

Considerando que tal objectivo, o qual se pretende atingir a curto prazo, implica nomeadamente a adopção de um novo quadro legislativo em matéria de designação de cargos de direcção superior na Administração Pública, com vista a alcançar uma Administração eficiente, meritória e despartidarizada;

Considerando que constitui igualmente prioridade do Governo a revisão do PRACE, o que implica a análise e ponderação das estruturas existentes e a sua optimização, o que, nalguns casos, poderá determinar a extinção, fusão ou reestruturação de serviços do âmbito do Ministério;

Considerando, assim, que no momento actual não se encontram preenchidos todos os condicionalismos referidos anteriormente para proceder à nomeação definitiva do titular do cargo de direcção superior de 2.º grau de subdirectora-geral, sendo, no entanto, necessário e urgente assegurar o normal funcionamento deste serviço;

Considerando, por conseguinte, que o regime mais adequado às circunstâncias referidas é o da nomeação, em regime de substituição, previsto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 213/2006, de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 164/2008, de 8 de Agosto, e 208/2009, de 2 de Setembro, e no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 25/2007, 29 de Março, e nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.os 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril:

1 — Nomeio, em regime de substituição, para o cargo de subdirectora-geral do Gabinete de Estatística e Planeamento a licenciada Teresa Cristina Lucas Evaristo, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado ao exercício daquele cargo.

2 — Opresente despacho produz efeitos a 14 de Setembro de 2011.

27 de Setembro de 2011. — O Ministro da Educação e Ciência, *Nuno Paulo de Sousa Arrobas Crato.*

Síntese curricular de Teresa Cristina Lucas Evaristo

Nome: Teresa Cristina Lucas Evaristo.
Data de nascimento: 24 de Abril de 1970.
Nacionalidade: portuguesa.
Formação académica:

Pós-graduação em Teoria e Ciência Política da Universidade Católica Portuguesa na Universidade Católica Portuguesa (2000);

Licenciatura em Sociologia pelo Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (1993).

Experiência profissional:

Desde Novembro de 2009 que exerce funções como directora-adjunta do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação;

De Junho de 2006 a Novembro de 2009 exerceu funções de subdirectora-geral na Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular;

Desde 2003 a 2006 consultora e sócia da S2E2 — Sociedade de Estudos Económicos e Sociais;

1996/2003 — investigadora do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), onde participou como membro da equipa e coordenadora em diversos estudos. Entre 2001 e 2003 foi presidente da direcção;

1994/1995 — técnica no Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos (CIDEC), centro associado ao ISCTE, desde Março de 1994 a Dezembro de 1995 onde participou nas equipas responsáveis pela realização de vários estudos.

Experiência docente:

Desde 2001 a 2009 — assistente estagiária da Universidade Católica Portuguesa, leccionando a cadeira de Teorias Sociológicas I e II e entre 2002 e 2003 também a cadeira de Sociologia do Trabalho e do Emprego;

Docente em várias pós-graduações no domínio da avaliação de políticas públicas na Universidade Autónoma entre 2000 e 2004.

Domínios de experiência profissional:

Actividade profissional exercida desde 1994 no domínio da investigação aplicada nas áreas dos estudos sócio-económicos (domínios do emprego e formação) e da avaliação das políticas públicas, nomeadamente no domínio da educação, formação e emprego;

No domínio da avaliação das políticas públicas foi coordenadora-adjunta da equipa responsável pelo estudo de Actualização da Avaliação Intercalar da Iniciativa Comunitária Equal, realizado para o Gabinete de Gestão da IC Equal; foi coordenadora das equipas responsáveis pelos estudos de Avaliação da Eficácia da oferta Formativa no âmbito da Acção 5.1. do PRODEP III (Programa de Desenvolvimento da Educação sob o Quadro Comunitário de Apoio III) e Avaliação Temática às Acções 1.1. e 1.2 da medida 1 — Percursos Diferenciados no Ensino Básico do PRODEP III, realizado para o Gabinete de Gestão do PRODEP III; foi co-coordenadora da equipa responsável pelo Estudo de Avaliação do Impacte da Estratégia Europeia para o Emprego na Modernização da Organização do Trabalho em Portugal, realizado para o Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento/Ministério do Trabalho e da Solidariedade; foi co-coordenadora da equipa responsável pelo Estudo de Avaliação do Impacte da Intervenção do Fundo Social Europeu em Portugal no Quadro Comunitário de Apoio II realizado para a Comissão de Coordenação do FSE; foi coordenadora da equipa responsável pelo estudo de Avaliação dos Programas Formação/Emprego realizado para o Instituto de Emprego e Formação Profissional; foi membro das equipas responsáveis pelos estudos de Avaliação da Adequação e da Eficácia do Quadro Normativo do Fundo Social Europeu realizado para o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu; pelo estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional para a Sociedade da Informação realizado para o Gabinete de Gestão do POSI; pelo estudo de Avaliação Intercalar do PRODEP III realizado para o Gabinete de Gestão do PRODEP;

Foi coordenadora de diversos estudos sectoriais realizados para o Instituto para a Qualidade da Formação do Ministério do Trabalho, nomeadamente para os sectores das Pescas e Aquicultura e dos Serviços de Proximidade — serviços de acção social e Serviços de Proximidade — serviços pessoais e de apoio à vida quotidiana e Sector do Ambiente cujos relatórios estão publicados na colecção Estudos Sectoriais do IQF;

Foi coordenadora da equipa pelo estudo para a identificação das figuras profissionais e elaboração dos perfis correspondentes para a CTE Educação/Formação, para o Instituto do Emprego e Formação Profissional, e coordenadora executiva da equipa responsável pela realização do estudo sobre Mercado de Formação — Conceito e Funcionamento para o Observatório do Emprego e Formação Profissional;

Participou nos estudos sobre Trabalho não declarado em zonas urbanas desenvolvidas e deprimidas, financiado pelo FCT; sobre Envelhecimento